

# A representação social do negro em um livro didático de língua portuguesa do 5º ano do ensino fundamental

The social representation of black people in a portuguese language textbook of the 5th year of elementary school

La representacion social de los negros en un libro de texto de lengua portuguesa para 5º de primaria

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2023v41n87p49-61>

CACILDO GALDINO RIBEIRO<sup>1</sup>

JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO<sup>2</sup>

NATAN CÉSAR BATISTA<sup>3</sup>

**RESUMO:** Objetiva-se analisar a representação social do negro no livro didático de Língua Portuguesa do 5º ano do Ensino Fundamental, observando se as leis que orientam as diretrizes da educação brasileira vislumbram a diversidade étnica do país. Verifica-se o avanço das políticas de elaboração de materiais didáticos em atenção à presença do negro, contudo, abre-se a oportunidade de estudos que envolvam livros didáticos para impulsionarem a qualidade das obras distribuídas pelo governo federal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livro didático; representação do negro; PNLD.

**ABSTRACT:** The objective is to analyze the social representation of the black in the Portuguese language textbook of the 5th year of elementary school, observing whether the laws that guide the guidelines of Brazilian education glimpse the ethnic diversity of the country. The advance of the policies of elaboration of didactic materials in attention to the presence of the black, however, opens the opportunity of studies involving textbooks to boost the quality of the works distributed by the federal government.

**KEYWORDS:** Textbook; representation of the black; PNLD.

1. Universidade Federal de Catalão.

2. Universidade Federal do Piauí.

3. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

RESUMEN: El objetivo es analizar la representación social del negro en el libro de texto de lengua portuguesa del 5º año de la enseñanza primaria, observando si las leyes que orientan las directrices de la educación brasileña contemplan la diversidad étnica del país. Se verifica el avance de las políticas de elaboración de materiales didácticos en atención a la presencia del negro, sin embargo, se abre la oportunidad de estudios que involucren libros de texto para potenciar la calidad de las obras distribuidas por el gobierno federal.

PALABRAS CLAVE: Libro de texto; representación del negro; PNLD.

## 1. INTRODUÇÃO

Historicamente, os negros não têm visibilidade em nosso país, pois, dentre outras questões, trazem, consigo, o fato de serem descendentes de pessoas que foram escravizadas durante muitos anos no Brasil. Desse modo, tem-se uma dívida histórica com esses indivíduos que representam mais da metade de toda a população brasileira.

Neste artigo, desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, partimos da Lei 10.639/2003 e baseamo-nos, principalmente, em Ribeiro e Menegassi (2008), Silva (2011), Silva (2013) e Silva (2019) para discorrermos sobre a representação social do negro em um livro didático de Língua Portuguesa (LP) do 5º ano do Ensino Fundamental, aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) para o quadriênio 2019-2022.

A relevância deste trabalho reside no fato de que, embora haja outras pesquisas que versem sobre a mesma temática, trata-se de um assunto que não se esgota, tendo em vista que é preciso haver representatividade, protagonismo e visibilidade dos negros em todos os segmentos da sociedade, a começar pela escola, nos livros didáticos de todas as disciplinas.

## 2. REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Lei 10.639/03, que implementou a obrigatoriedade do ensino de conteúdos relacionados à Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio, nas redes pública e privada, foi um marco para os movimentos de luta por justiça étnico-racial. Ao ponto em que se escreve este artigo, 18 anos após sua promulgação, a Lei “atinge sua maioridade”, contudo, é válido avaliar, a este ponto, quais os avanços, estagnações e eventuais regressos que possam ter ocorrido na representação do negro nos livros didáticos, construindo relações entre os materiais utilizados pelos

professores em sala de aula, com foco para a Língua Portuguesa, e com as aquisições do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

A saber, precisa-se, antes de tudo, estabelecer os fundamentos iniciais da análise. Desta forma, retorna-se brevemente para a letra da lei: quando o texto se refere à Cultura Afro-Brasileira, refere-se, como especificado na subseção 1º, à História da África e dos Africanos, Lutas dos Negros no Brasil, à Cultura Negra Brasileira e à contribuição, de esfera social, econômica e política, do negro na formação da sociedade e identidade nacional (BRASIL, 2003). Isto posto, é válido voltar os olhos para as diversas edições, sobretudo as atuais, do PLND, à luz da Lei 10.639/03.

Segundo Albuquerque e Ferreira (2019), o advento desta programação nacional possibilitou uma padronização na produção e na aquisição de materiais didáticos. Ademais, os autores dispõem que isso fomentou mudanças adicionais, não somente na metodologia e conteúdo dos materiais, mas também em sua instrumentalização pedagógica em sala de aula, isto é, alterando alguns aspectos da prática docente.

A começar pela trajetória histórica deste formato de material denominado Livro Didático, Albuquerque e Ferreira (2019) expõem que sua historicidade é demarcada por uma fileira de decretos, leis e medidas governamentais tidos desde os tempos de Vargas, presidente simpatizante dos regimes totalitários de sua contemporaneidade, sendo o próprio aspirante a essa forma de governo. A saber, os autores destacam, como início oficial, a Lei 1006/1938, revelando a primeira atenção concedida ao tema e a esta espécie de material na criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD).

Desta forma, conforme argumentam os autores, as características quanto à produção, utilização e essência dos livros didáticos adotados em âmbito nacional carregam consigo esta herança que apresenta uma presença demasiada de estabelecimento de critérios governamentais. A partir de 1996, tal como destacam, o MEC passou a atentar-se junto ao PNLD quanto à qualidade do conteúdo apresentado nos materiais, promovendo critérios de ordem técnica e política, isto é, prevenindo contra o fluxo de materiais que apresentem quaisquer espécies de preconceito, discriminação e proselitismo (ALBUQUERQUE; FERREIRA, 2019).

Deste modo, a preocupação com a prevenção, remediação e, até certo ponto, reparos sócio históricos já vem sendo despendida de maneira antecedente à própria Lei 10.639/03. Todavia, antes que se analise o progresso dessas medidas tidas ao longo das últimas décadas, faz-se válido entender ao que se refere as letras legislativas quando se fala de Representações, Contribuições, História e Cultura Afro Brasileira.

Silva (2013) destaca três fatores a serem considerados ao se pensar sobre o papel do negro na sociedade, bem como aspectos a serem levados em consideração ao se problematizar as representações nos Livros Didáticos. A escravidão pelo qual se progrediu o processo de migração forçada de milhões de africanos para as Américas foi uma chaga na história humana, cujos impactos ainda reverberam em aspectos de desigualdade social sistêmica e marginalização decorrente de uma abolição na qual a recém-nascida república falhou em constatar projetos que proporcionassem qualquer tipo de inserção dos recém-libertos naquela sociedade.

Isto se dá, tal como segue Silva (2013), por uma preocupação eugênica de certo segmento dos intelectuais da época, no contexto dos finais do século XIX, em que as teorias pseudocientíficas da superioridade das raças imbuíram, desde o início do século, um construto social que determinava etnias superiores e inferiores, quando não animalescas. No Brasil, onde a miscigenação já era uma realidade desde os primeiros anos da colonização, a influência destas teorias de racismo científico fez com que fosse realizado um redirecionamento intelectual do sentido desta realidade para as vias de um processo de embranquecimento da população.

Posteriormente, na década de 1930, Gilberto Freyre elabora o conceito de Democracia Racial, que para críticos, tais como Silva (2013), falha em adequadamente inserir o negro de modo digno e válido na sociedade, sendo acusado pela crítica de se apropriar dos negros como se estes fossem objetos de manutenção cultural, política e simbólica. Válido é ressaltar que, no decorrer dos anos em que tal teoria foi elaborada, o Brasil já se encontrava em idos de uma Ditadura Vargasista, personalidade que, tal como foi exposto, era simpatizante de regimes altamente pautados por ideais eugenistas, isto sem que se destaque a histórica habilidade da qual Getúlio Vargas dispunha de instrumentalizar lutas válidas para torná-las menos subversivas e mais controláveis pelo Estado, tal como fez também com a questão dos sindicatos e movimentos operários.

Sequencialmente, Silva (2013) chega à conclusão preliminar de que a história do negro na sociedade brasileira, por apresentar as manchas da escravidão que gerou uma sociedade racialmente estratificada e desigual, proporciona uma representação estereotipada, seja na sociedade, nas mídias e no processo educativo, donde as temáticas normalmente abarcadas na Lei 10.639/03 eram frequentemente abordadas sob perspectivas eurocêtricas. Neste sentido, Freitas (2009) destaca representações do negro limitando-se ao aspecto da escravidão, privação de liberdade, subserviência, como posto ao lado coadjuvante, que não como figurante nas narrativas históricas, ignorando completamente suas contribuições.

A respeito disto, o autor supracitado aponta que o Movimento Negro, em sua batalha no campo da educação, alcançou muitos marcos referentes à retirada de livros didáticos que apresentassem esta visão e representação eurocêntrica, ou que apresentavam o africano e/ou o afrodescendente como coadjuvante sem voz nas narrativas históricas, incapaz de construir processos e sempre dependente da figura do europeu branco. Nesta dinâmica, Silva (2013) determina que, para que o racismo seja erradicado da sociedade, encontra-se na escola e no processo de ensino-aprendizagem, no qual se instrumentalizam os materiais didáticos aqui estudados, a principal frente para trilhar este árduo caminho.

Atribui-se o valor da instituição escolar no sentido de que é um espaço de socialização e formação de diversos aspectos do indivíduo, desde os aspectos afetivos do comportamento até as noções de cidadania, que é direito de todos independente de quaisquer características. Igualmente, atribui-se valor ao livro didático nesta tarefa na medida em que serve como material acessível para professor e alunos. Desta forma, na luta por uma educação igualitária, é necessário que tanto brancos quanto negros sejam representados tal como são: iguais.

No que tange ao ensino da Língua Portuguesa (LP), sobretudo no caso do Português Brasileiro, influenciado em diversas esferas a partir de trocas culturais entre os povos que fizeram parte de sua história (colonizadores, indígenas, africanos, imigrantes em geral etc.), Crisóstomo, Zanon e Luquetti (2014) apontam que, no esforço de se tornar um educador mais reflexivo e que, por consequência, vise propor reflexões quanto ao ensino da Língua Materna, é preciso estar menos preso aos preceitos da gramática tradicional, bem como da abstração perpetuada ao longo do ensino na chamada “Norma Culta”.

Desta forma, um dos principais preconceitos a serem evitados e erradicados nas aulas de LP é o preconceito linguístico. No argumento dos autores supracitados, o (re)pensar a língua advém da proposta de não incorporar tudo na língua falada como “certo” ou “errado”, pois, além desta noção caminhar para o preconceito linguístico (podendo escalonar para o social e até racial), a própria perspectiva se faz errônea quando se leva em consideração a diversidade apresentada pela relação Português Europeu x Português Brasileiro.

Concomitante a estas ideias, Ribeiro e Menegassi (2008) destacam o conceito de Pluralidade Cultural, demarcando que ela consiste na valorização equivalente de todos os elementos culturais e contribuições dos diferentes grupos que compõem determinada sociedade. É válido denotar que ela não se limita a apresentar uma

pluralidade, e sim lhe dar o valor digno, isto é, avaliar esta pluralidade de contribuições sem juízos de valor que indiquem superioridade ou inferioridade. Assim, tal noção deve ser transposta nas abordagens acerca da pluralidade do PT-BR, pois, a partir do momento em que um material didático aponta para um aporte cultural central em meio a uma diversidade, o terreno está preparado para a discriminação.

Conforme os estudos empíricos de Gomes e Jesus (2013), os conhecimentos apresentados por aqueles que conduzem seu trabalho com atenção a práticas pedagógicas que visem trabalhar com as relações Étnico Raciais ainda se constituem como superficiais, estereotipados e pouco claros, preocupando-se mais em alertar sob aspectos de sensibilização e conscientização ética do que em apresentar conhecimento autêntico e conceitual a respeito da África e suas relações com o contexto da sociedade brasileira. Além disso, constatou-se, de forma problemática, a recorrência de certos casos de preconceito religioso na abordagem de determinados temas, tais como as religiões de matriz africana.

Ademais, as datas oficiais, tais como do dia 20 de novembro, já vinham se mostrando como sendo utilizados pelas escolas desde antes da sanção da Lei 10.639/03, demonstrando que, desde a implementação da legislação, e nisto também se inclui todos os programas de avaliações de critérios para materiais didáticos, não foi planejada uma unidade ou padronização para a formação e produção de conteúdo e práticas que visem tratar destas relações étnico-raciais.

Crisóstomo, Zanon e Luquetti (2014) destacam que a oralidade, a época em que escreviam, continuava a ser um fator pouquíssimo abordado pelos materiais didáticos e currículos de ensino. Além do fato da existência de diversas possibilidades de implementar práticas pedagógicas com relação étnico-racial por parte do trabalho com oralidade, pode-se adicionar o argumento dos autores supracitados, que apontam que a instrumentalização dos gêneros orais, por já se tratarem de gêneros naturalmente dominados pelos educandos, facilitaria amplamente o processo de ensino-aprendizagem, reforçando-os na noção de que já dominam a própria língua.

Conforme argumentam Ribeiro e Menegassi (2008), mesmo sob a presença da letra legislativa, ainda se constataavam certas recorrências da presença de preconceito racial no âmbito escolar e, conseqüentemente, em seus materiais didáticos abordados em sala de aula. Segundo os autores, o que é mostrado em um livro didático possui um enorme potencial de fundamentar uma imagem mental, uma noção, uma perpetuação de determinado arquétipo. Neste fator, encontra-se o evidente risco de distorcer imagens, reforçar estereótipos e, portanto, tornar o preconceito e a

discriminação cada vez mais perpetuados na sociedade, agindo, por consequência, de maneira destrutiva na autoestima da criança não branca.

Desta forma, no que concerne à representação do negro nos livros didáticos, deve-se, naturalmente, combater os estereótipos, tais como, em exemplo dado pelos autores, se combate os estereótipos de gênero, no sentido em que a escola e o material didático possuem um comprovado poder de construir uma imagem mental que, por sua vez, possui um potencial de moldar o caráter e reforçar certos aspectos identitários e padrões comportamentais.

É verdade que muito foi alcançado na luta pela representação e tais avanços não devem ser ignorados, contudo, os materiais demonstram que, no que diz respeito à representação do negro nos livros didáticos, o que se apresenta ainda deixa a desejar quando se avalia na perspectiva de que o projeto de uma educação igualitária e cidadã exige que as representações imagéticas, arquetípicas e simbólicas não expressem inferioridade ou superioridade, pois, como evidenciado, tal informação apresenta enorme potencial modelador para a mente infantil, que entra em contato com tal material. Desta forma, ainda há um longo caminho para que se combatam e se erradiquem os estereótipos de raça ainda presentes no imaginário social, frequentemente transladado para os materiais didáticos por mais que os critérios de avaliação sejam pautados pelo combate ao preconceito de qualquer escala.

### 3. ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Silva (2011) delinea que, no Brasil, existe um movimento acadêmico voltado para o estudo da representação social, desenvolvido no sentido de oferecer familiaridade com seu conceito e, sobretudo, envolvê-lo junto de análise crítica e, logo, de sua produção científica. A autora pondera que a compreensão plural do conceito de representação social, o quesito social e histórico, bem como o motivo de ser produzida, são necessários para a interpretação/análise das transformações da representação social do negro, bem como dos fatores determinantes dessa transformação.

No que abrange a relevância desse estudo, destaca-se a necessidade de percepção de que é mais que urgente a inclusão e inserção cidadã-participativa dos indivíduos que compreendem a parte majoritária e substancial da estrutura étnico-cultural da sociedade brasileira. A análise, partindo de um objeto teórico e referente à representação social,

foi descrita pela análise de um objeto concreto, analisando a representação do negro no livro didático com vistas ao combate de ações racistas e depreciativas. Uma vez que:

Quando o negro é representado à consciência de um indivíduo, os objetos que estão na sua consciência, tais como os estereótipos e preconceitos, podem modelá-lo de tal forma, que, mesmo na sua ausência, o conceito o coloca estigmatizado em papéis e funções, estereotipado negativamente e subordinado, e à sua visão concreta esse conceito é ativado, provocando a discriminação e a exclusão. Dessa forma, **a representação de algo pode não ser do objeto inicialmente percebido, mas do objeto construído a partir dos elementos que a ele acrescentamos, no processo de modelagem e reconstrução.** (SILVA, 2011, p. 182, grifo nosso).

Ademais, é imprescindível, nessa análise de representação social, corroborar com Moscovici (1978, p. 10), sabendo o “porquê” se produzem as representações sociais, uma vez que sua função “[...] é contribuir exclusivamente para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais [...]”. Aos olhos críticos da representação social, a transformação dos processos de formação da conduta humana em relação à representação do próximo, bem como as relações que se dão com o próximo, devem estar voltadas às práticas que se aproximem das reais.

Assim, a teorização sobre a representação social do negro na esfera do livro didático (SILVA, 2011) pode suscitar conclusões, tais como: (a) a representação de um ou mais grupos é fundamental para o processo de (des)construção de suas identidades, uma vez que o indivíduo sente-se internalizado nesse processo; (b) a representação social do negro está em constante transformação, por meio de outras perspectivas/ótics da realidade e de solicitações de ordem econômica, política, social e moral; (c) os estereótipos e juízos de valor e as imagens cristalizadas do negro, que englobam a representação de sua imagem, podem ser revistos mediante a exigência de uma sociedade plural, constituída de universos parciais e substituindo a exclusão pela inclusão/cooperação; e (d) a ideologia, como a particularidade da realidade de interesse de determinado grupo, especificamente de recalque da diferença, presente na representação social, que pode ter sido aceita por determinados grupos como uma política de manutenção de poderios econômicos e de prestígio da sociedade.

Para este trabalho, tomamos como objeto de análise o livro de Língua Portuguesa *Aprender Juntos*, do 5º Ano do Ensino Fundamental, de autoria de Cícero de Oliveira Silva, Elizabeth Gavioli de Oliveira Silva e Greta Marchetti, publicado, em 2019, pela Editora SM, para o quadriênio 2019-2022 do PNLD.

A fim de melhor expor a representação do negro em cada capítulo do livro, elaboramos o quadro abaixo, com a síntese do que contém em cada um dos oito capítulos em relação ao negro.

Capítulo 1	Ilustração com referência a textos. (p. 10, 11, 13, 40 e 44). Exercício com imagem de referência. (p. 13, 19, 24, 32, 34, 35, 36, 39, 42 e 45). Frequência da representação social do negro: 17/40.
Capítulo 2	Ilustração com referência a textos. (p. 47). Exercício com imagem de referência. (p. 55, 57, 70, 71, 72, 76 e 77). Frequência da representação social do negro: 8/21.
Capítulo 3	Ilustração com referência a textos. Exercício com imagem de referência. (p. 95, 99 e 101). Frequência da representação social do negro: 3/7
Capítulo 4	Ilustração com referência a textos. (p. 106, 122, 123 e 127). Exercício com imagem de referência. (p. 107, 109, 114, 117 e 131). Frequência da representação social do negro: 9/28.
Capítulo 5	Ilustração com referência a textos. (p. 145, 157). Exercício com imagem de referência. (p. 151). Frequência da representação social do negro: 3/22.
Capítulo 6	Ilustração com referência a textos. (p. 173, 183, 188). Exercício com imagem de referência. (p. 168, 182, 189). Frequência da representação social do negro: 6/13
Capítulo 7	Ilustração com referência a textos. (p. 191, 193, 194, 200, 207, 208, 213, 215, 216, 217, 219). Exercício com imagem de referência. (p. 195, 204, 205, 206, 209, 210, 211). Frequência da representação social do negro: 19/42
Capítulo 8	Ilustração com referência a textos. (p. 224, 225, 233, 234, 235, 244, 245, 247, 248, 249, 253). Exercício com imagem de referência. (p. 228, 230, 231, 232, 238, 239, 242). Frequência da representação social do negro: 20/34
Total	Imagens do livro didático com representação social do negro: 85/207

Quadro 1 – Representações do negro no livro analisado – Fonte: Ribeiro; Nascimento; Batista (2023)

Como observado, corrobora-se com Silva (2011) que há transformação na representação do negro a partir do reconhecimento da forma como era representado e com base nas políticas públicas de inclusão. Podemos conceber que, a partir do reconhecimento étnico que envolve não só negros, mas indígenas e afrodescendentes,

a identificação da visibilidade se dá por meio de igual *status* econômico, já que, na maioria das imagens reproduzidas no material analisado, há hábitos, atitudes cotidianas e experiências semelhantes aos brancos, embora apareçam em menor quantidade. O traço identificador que serviu para análise restringiu-se aos traços/caracteres fenotípicos, como os cabelos crespos, a cor da pele, os penteados específicos, como o estilo *blackpower*, um símbolo de resistência do movimento negro.

Apesar disso, ainda “[...] é preciso considerar o que é ser negro no Brasil” (SILVA, 2011), e conceber as formas de construção de uma identidade própria negra. O que se delinea, na pesquisa e nesse caráter situacional, é a unificação de uma única identidade, uma identidade que envolva todas as raças, em uma mesma cultura, a brasileira. Esse é o desejo não só dos estudiosos que desenvolvem pesquisas nesta área, mas que também se dá a partir do interesse comum de construir essa identidade, não a tornando simbólica.

A identidade que é desvelada a partir das imagens presentes no livro didático é assegurada. O Decreto 9.099/2017, no inciso III do artigo 2º do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), bem como o inciso II do artigo 3º visam democratizar o acesso às fontes de informação e cultura, bem como estimular o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais.

Diante das constatações diárias que presenciamos nas relações sociais – e raciais – seja na sociedade e diretamente na educação, o Ministério da Educação (MEC) visa minimizar o racismo institucional que pode (e está) presente no cotidiano escolar. As iniciativas que surgem, por meio de documentos, por parte de políticas públicas ou projetos, representam as reivindicações expostas a sua totalidade e visam coibir seu desdobramento. Nesse sentido, podemos estabelecer um paralelo, a vias de exemplo, entre grupos não-governamentais e seu contínuo trabalho em ofertar a compreensão cultural do nosso país, em sua pluralidade, através de expressões na arte, música, religião, entre outras.

Como já explicitado, antes da implementação da Lei 10.639/03, já se detinha atenção do quadro socioeconômico que o grupo social em questão se enquadrava, bem como todos seus percalços históricos. Estabelecendo a necessidade de englobar as práticas culturais e legitimá-las, o MEC é uma das corporações – e uma das mais fundamentais – que, por um lado, incorporou a temática étnico-racial nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). A visibilidade dessa discussão se desvela no tema Pluralidade Cultural e decorre de discussões amplas. Por outro lado, no embate dessa discussão, nos atenta para o fato de que embora visualizemos a

integração dessas reivindicações deste movimento, soa-se mais como um discurso que se apresenta de forma lacunar. Ademais, a mesma autora justifica a tese com a ideia de avanço, que somente será dada mediante a materialização deste trabalho.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar do negro e da sua representação social em quaisquer esferas exige, além do conhecimento de causa, sensibilidade, olhar crítico e reflexivo para as questões atinentes àquilo que se deve falar.

Neste artigo, falamos, brevemente, sobre como a presença da figura do negro em um livro didático de Língua Portuguesa, utilizado na rede pública, no 5º ano do Ensino Fundamental. Para demonstrar como essa representação se dá no material analisado, destacamos as vezes em que há ilustração com referência a textos e exercício com imagem de referência, o que nos revela que existem, 85 ocorrência, de um total de 207 imagens, o que equivale a 41,06% do total de imagens e representa um grande número, tendo em vista que, se compararmos a outros livros didáticos, veríamos que a quantidade seria expressivamente menor, apesar de o nosso foco não ter sido comparativo em relação a outros materiais, mas apenas ilustrativo.

Consideramos, portanto, que o livro *Aprender juntos: Língua Portuguesa* contempla, satisfatória e positivamente, a representação do negro, já que ele é apresentado com protagonismo e sem referências negativas, além de conter representatividade numérica considerável, uma vez que, a começar pela capa do livro, ele está presente.

#### REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de.; FERREIRA, Andrea Tereza Brito. Programa nacional do livro didático (PNLD): mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula. **Ensaio: Avaliação e Políticas em Educação**, v. 27, n. 103, p. 250-270, abr./jun. 2019.
- BRASIL, **Decreto nº 9.099/2017**. Programa Nacional do Livro e do Material Didático, Brasília, 2017
- BRASIL, **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2003.
- CRISÓSTOMO, Monique Teixeira; ZANON, Sebastião Reis Teixeira; LUQUETTI, Eliana Crispim França. **Livro didático e políticas linguísticas**: uma reflexão necessária. Rio de Janeiro, 2014.
- FREITAS, Ivana Silva. **A cor da metáfora**: o racismo no livro didático de língua portuguesa. Tese (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Artes e Letras– Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, p. 206. 2009.

- GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnicoraciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003:** desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. *Educar em revista*. n. 47. UFPR. Paraná, 2013 p. 19-33.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- RIBEIRO, Giselle Rodrigues; MENEGASSI, Renilson José. O negro e sua representação no livro didático de língua. **Revista Travessias**, Cascavel, 2008.
- SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático:** O que mudou? Por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.
- SILVA, Anatalice Mota da. **A inclusão social do negro no livro didático de língua portuguesa do ensino fundamental após a implementação da lei 10.639/03.** Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em letras. Faculdade de Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES – do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2013.
- SILVA, Cicero de Oliveira; SILVA, Elizabeth Gavioli de Oliveira; MARCHETTI, Greta. **Aprender juntos:** Língua Portuguesa. São Paulo: Edições SM, 2019.

#### SOBRE OS AUTORES

**Cacildo Galdino Ribeiro** é doutorando na Universidade Federal de Catalão em Estudos da Linguagem, onde é Secretário Executivo, atuou como Coordenador de Cultura e Diretor de Extensão, Mestre em Estudos da Linguagem e Graduado em Letras pela Universidade Federal de Goiás. Tem experiência nas áreas de Letras, com ênfase em Lexiologia Pedagógica, Políticas Linguísticas, e em Extensão e Cultura.

*E-mail:* cacaribeiro@ufcat.edu.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1306-6546>.

**Juscelino Francisco do Nascimento** é doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), graduado em Letras/Inglês e Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), da qual é Professor Adjunto do Curso de Letras/Português, e Diretor do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, em Picos. Professor permanente dos Programas de Pós-graduação em Letras, da UFPI; Formação de Professores, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); e Linguagem e Ensino, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

*E-mail:* juscelino@ufpi.edu.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7090-2876>.

**Natan César Batista** é graduado em Letras/Inglês pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Formação

de Professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente é professor de Língua Portuguesa, Literatura e Produção Textual. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística Aplicada, envolvendo formação de professores de língua, usabilidade de ambientes virtuais no ensino-aprendizagem de línguas e ensino de Língua Inglesa.

*E-mail:* natancesar121@gmail.com.

*ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-9622-1868?lang=en>.

*Recebido em 16 de outubro de 2022 e aprovado em 24 de fevereiro de 2023.*